

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: educação para a cidadania nas narrativas de aprendizagem e acessibilidade com pessoas cegas.

João Zacarias de Sousa Neto¹

Jz.neto@uol.com.br

Resumo

Este artigo discute a modalidade Orientação e Mobilidade que é aplicada às pessoas cegas e de baixa visão. Enfatiza algumas estratégias, recursos e equipamentos necessários para assegurar, a essas pessoas, o acesso à sociedade e favorecer a aprendizagem do caminhar independente. Objetiva mostrar as possibilidades de superação dos alunos cegos do Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) em sua locomoção e vem sugerir novas alternativas para que eles possam desenvolver suas habilidades no caminhar independente, levando em conta os fatores vivenciados que os impedem do direito à inclusão com autonomia. Oferece, também, subsídios para uma melhor compreensão da finalidade do caminhar independente e consequentemente mostra a inclusão dessas pessoas em várias dimensões do viver em sociedade. Baseia-se nos estudos, sobre a educação vista por Bernard Charlot quando o mesmo enfatiza a sociologia do sujeito, afirmando que este é um ser humano, um ser social, um ser singular, um sujeito, que age no e sobre o mundo e encontra a questão do saber como necessidade de aprender, produzindo a si próprio por meio da educação. Apresenta as narrativas de experiência de um professor de Orientação e Mobilidade como princípio de aplicação prática dessa modalidade além da pesquisa qualitativa com entrevista de profundidade, com vistas a perceber como as pessoas cegas avançam para a autonomia e independência. Desse modo os alunos cegos, puderam explorar o seu próprio caminho, descobrindo nele as referências, as pistas e sentindo o gosto da liberdade em se locomover. Obtiveram muitas conquistas nos últimos anos, porém, ainda são grandes os desafios que têm de enfrentar numa sociedade que ainda não desenvolveu a sensibilidade plena da acessibilidade no movimento de deslocamento para o outro. Apesar disso observa-se que elas podem sim trilhar um caminho que as conduza a sua autonomia nos dias de hoje. É exatamente com a prática da OM que constatamos essa conquista. Palavras chave: Orientação e Mobilidade; Pessoas Cegas; Independência; Inclusão.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade do Rio Grande do Norte, Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Rádio, pela mesma universidade. Professor da Rede Municipal e Estadual da Rede Pública, do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Mossoró, respectivamente. Diretor e Professor de Orientação e Mobilidade do Centro de Apoio ao Deficiente Visual/CADV da cidade de Mossoró e Técnico Especializado, na função de transcritor de Braille da Diretoria de Apoio à Inclusão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação/POSEDUC/UERN.

1-INTRODUÇÃO

As modalidades específicas: Braille, Soroban, Escrita Cursiva e Orientação e Mobilidade são eminentemente voltadas para as pessoas cegas, sendo que a OM pode ser aplicada, também, as pessoas com baixa visão. Essas práticas estão presentes nos métodos, técnicas, atividades e em outros aspectos da organização do trabalho pedagógico, considerando aquelas pessoas que se destinam e tem a formação docente em instituições de ensino. O trabalho sobre Orientação e Mobilidade que propomos para este artigo está ancorado no Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), onde convivendo com diversas pessoas que têm essa deficiência, foi possível observar que esta modalidade de ensino é de fundamental importância para o desenvolvimento pessoal e inclusão na sociedade. Abordaremos aspectos dessa modalidade como estratégia de superação de obstáculos e trataremos da sistemática de aprendizagem, uma vez que pela sua deficiência visual é preciso lançar mão de outros elementos cognitivos para a assimilação de tarefas.

As pessoas que enxergam podem identificar, mais rapidamente, todo o ambiente que os cercam o que facilita o deslocamento mais rápido e seguro. Elas observam tudo que está em volta. Andam, correm livremente de um lado para o outro com desenvoltura e agilidade. As pessoas cegas, no entanto, levam mais tempo para conhecer e reconhecer os objetos e os diversos espaços do ambiente em que estão inseridos. O tamanho, a forma e outras características de um objeto ou de um lugar são percebidos, pouco a pouco, de maneira fragmentária por intermédio do tato e de outras fontes não visuais. A falta de visão tem como consequência a impossibilidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento de seres e objetos, entre outras dificuldades, o que limita de forma significativa a variedade de experiências, a mobilidade, o controle do ambiente e a interação do sujeito com o mundo. Torna-se necessário explorar o aproveitamento dos sentidos remanescentes e do potencial de aprendizagem delas, uma vez a capacidade de perceber, conhecer e aprender não depende apenas da visão. As capacidades e potencialidades das pessoas que tem deficiência visual devem ser estimuladas e desenvolvidas pelo exercício e ativação das funções mentais, o que se dá por meio da mediação natural e espontânea e pelo trabalho de educação e reabilitação. Ainda devem desenvolver a formação de hábitos e de postura, a destreza tátil, o sentido de orientação, esquemas e critérios de ordem e a organização, o reconhecimento de desenhos gráficos, diagramas, mapas e maquetes em relevo, dentre outras habilidades. As

estratégias de aprendizagem, os procedimentos, o acesso ao conhecimento e à informação, bem como os instrumentos de avaliação, devem ser planejadas e organizadas na perspectiva de recursos pedagógicos e referenciais não visuais.

A quantidade de pessoas cegas é significativa na sociedade e em particular nos estabelecimentos de ensino, seja escola e outros espaços como o Centro de Apoio ao Deficiente visual (CADV). É nesse contexto que se insere a modalidade Orientação e Mobilidade oferecendo recursos, materiais e alternativas que favoreçam o acesso a determinado lugar e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades que o levam à independência do caminhar. Em decorrência levantamos as seguintes questões: as pessoas cegas e de baixa visão podem ter autonomia com relação a sua locomoção? Como elas conseguiriam isso? Eu afirmo que sim. É possível para as pessoas cegas e de baixa visão serem independentes por meio de estimulação de seus sentidos e percepção e de novas formas de mobilidade. Com isso alcançam a autonomia e desenvolvimento de suas capacidades. Foi possível constatar, dia a dia, a prática dessa modalidade, os avanços, os desafios, as construções. São dez anos de experiência com esse trabalho, vividos no CADV, com diferentes causas de deficiência visual.

Analisaremos a situação da pessoa cega e de baixa visão, em nosso meio, buscando fornecer caminhos que facilitem a sua percepção e mobilidade, de modo a contribuir para a sua independência de locomoção. É nossa intenção enfatizar que a mobilidade é uma necessidade é direito, e que todos nós somos responsáveis em oferecer esse acesso e respeito a esses direitos. A reflexão parte de como devemos agir mediante essa situação. As pessoas com deficiência visual conseguirão cada vez mais superar-se a si próprio, seus limites, suas inseguranças, suas tensões, quando as instituições sociais de modo especial o CADV e a escola, a qual por meio da educação, e dos ensinamentos devam ser promotoras da acessibilidade e oferecer a modalidade “Orientação e Mobilidade”.

2. UMA PALAVRA SOBRE INCLUSÃO, TENDO A EDUCAÇÃO COMO MEIO DE SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS

A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo... (MITTLER, 2003 p. 36)

A sociedade tem como característica, em sua composição, pessoas das mais variadas diferenças, sejam elas étnicas, religiosas, ideológicas, políticas. Uma das parcelas de pessoas que se encontram nessa diversidade social são as pessoas com deficiência visual. Diante desse contexto, muito se tem observado e estudado na perspectiva da inclusão. A educação é uma das áreas mais propícias para se trabalhar essa perspectiva conferindo uma formação não somente para as pessoas com deficiência, como da conscientização das demais que formam a sociedade. Este artigo discute a Orientação e Mobilidade com base no entendimento de educação de Bernard Charlot quando questiona aspirações de novos valores, dentro da educação como a sensibilidade, o respeito, a alteridade, a cooperação. Em seu texto: “Educação para a cidadania à época da globalização: moralização do povo ou aspiração de novos valores”? O autor chama atenção para a problematização da educação e o chamado fracasso escolar e afirma a escola nova continua funcionando de forma socialmente injusta e inadequada. Aos que nada possuem, ela pouco oferece, além de produzir sentimentos de desvalia e comiseração. Aos que são bem-dotados culturalmente ou socialmente ela reforça as convicções de um saber elitista. Continua o autor afirmando que a escola nova não necessariamente produz uma melhor condição de ensino às crianças nem democratiza as relações sociais. Ao nosso entender corroborando com Charlot não concordamos com um ensino que descriminalize, e se faça um saber diferenciado. Que o ensino seja capaz de elaborar o saber a todos dentro das diferenças, pois assim inicia-se o processo de inclusão e abre-se espaços para as pessoas com deficiência visual, que se utilizando da OM vai melhor identificar o exercício da cidadania.

A origem da palavra *educatione* traz como sentido o desenvolvimento das capacidades intelectuais, físicas e morais do indivíduo. E quando a escola não garante essas capacidades... há se repensar a formação, pois trata-se do investimento na formação continuada, na quebra de barreiras atitudinais, principalmente. Acreditando ser a educação como caminho e meio de superação entre as diferenças, penso que não deve ser vista, ou só discutida em momentos pontuais em que “... os debates em torno da educação focalizam objetos sociomidiáticos, isto é, questões que comovem a sociedade e são encenadas pela mídia” (CHARLOT, 2000). Continuo com meu pensamento, associado ao do autor citado, entendendo ser a educação uma proposta que vise não somente à dimensão de um saber específico, mas a generalidade do saber que envolva redes para não mais serem desmanchadas e desconsideradas nesse novo modo de encarar o aprendizado e sua formulação pelos sujeitos que nele estão envolvidos.

É preciso enxergar a escola como facilitadora de uma formação do saber que cada um traz dentro de si mesmo. Muito se tem refletido sobre o papel da escola nessa formação dos sujeitos. Para Medeiros (1996) “a discussão sobre o papel da escola nos faz refletir sobre os fins da educação, os quais não podem desconsiderar o homem e a sua relação com a sociedade”. Quando a escola fica presa a padrões e coloca o sujeito em segundo plano ela foge a sua responsabilidade de formação. O homem é o centro da educação. Inclusive para os que têm deficiência. Se é fato: “a escola regular, de uma maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de ‘normalidade’” (IMBERNÓN, 2000). Cabe-nos refletir como a Orientação e mobilidade podem facilitar, e, ou garantir a inclusão dos seus usuários nessa esfera educacional institucionalizada. A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK & STAINBACK, 1999 p. 21).

É nessa perspectiva que está o trabalho de Orientação e Mobilidade para responder a reflexão. Em uma ação inclusiva como é o caso da prática dessa modalidade, que visa a independência de locomoção do sujeito cego, assim também deve trilhar os caminhos da educação sem distinção e com acesso e permanência de todos. O quesito acessibilidade é fundamental para as pessoas permanecerem inseridas no meio escolar e possam gozar de no mínimo condições para interagir com espaço em que se encontra.

A inclusão social defende simultaneamente a igualdade e as diferenças, porém com o entendimento de que a igualdade se refere à dignidade e aos direitos e de que as diferenças se referem à singularidade de cada ser humano. Todas as pessoas são iguais em dignidade humana e direitos humanos. Sasaki (2012)

As pessoas com deficiência visual precisam ter garantidos os direitos para desenvolver suas destrezas e que a transição independente seja alcançada pela aquisição das técnicas de noções de espaço, referências de espaço e do uso da bengala. Essas técnicas devem ser aprendidas e aperfeiçoadas de forma individual e paulatina. Deste modo, se dá o princípio do processo de inclusão da pessoa cega na sociedade dos “normais” com a utilização de OM. Devemos convir que a inclusão passe eminentemente por atitudes transformadoras,

bem pensadas, refletidas e que só através das ações de cada um, garantam-se os direitos coletivos.

3- EXPLORAR O SEU PRÓPRIO CAMINHO, DESCOBRINDO NELE PISTAS E SENTINDO O GOSTO DA LIBERDADE EM SE MOBILIZAR

Como foi dito é de fundamental importância a prática de locomoção das pessoas com deficiência visual em qualquer ambiente. Elas necessitam se locomoverem sozinhas para constatar suas potencialidades e fortalecer a identidade pessoal. Precisam saber atravessar a rua, pegar o transporte coletivo, deslocar-se de um ponto a outro, andar com desenvoltura, seja em casa, na escola ou em outro lugar. Para tanto precisam de aulas de Orientação e Mobilidade. Identificamos essa necessidade nos alunos e alunas do Centro de Apoio ao Deficiente Visual de Mossoró (CADV) onde comecei a trabalhá-los há dez anos.

Está evidente que Orientação é a habilidade do indivíduo para perceber o ambiente que o cerca, estabelecendo as relações corporais, espaciais e temporais com esse ambiente, através dos sentidos remanescentes. Por sua vez, Mobilidade é a capacidade ou estado inato do indivíduo de se mover reagindo a estímulos internos ou externos, em equilíbrio estático ou dinâmico. FELIPPE e FELIPPE (1997) ensina que a orientação da pessoa com deficiência visual é alcançada através da utilização da audição, aparelho vestibular, tato, consciência cinestésica, olfato e visão residual nos casos de pessoas com baixa visão. Por outro lado, a mobilidade é alcançada através de um processo ensino-aprendizagem, e de um método de treinamento, que envolve a utilização de recursos mecânicos, ópticos, eletrônicos, animal (cão guia), em vivências contextualizadas, favorecendo o desenvolvimento das habilidades e capacidades perceptivo-motoras.

Para Mazzaro (2003), a orientação é a destreza conquistada pelas pessoas com deficiência visual desde o momento de sua concepção, progredindo durante toda a vida, sempre aperfeiçoando no que diz respeito a esta habilidade específica. A essas definições a nossa experiência diz ser preciso um professor especializado, que deva estar ciente do trabalho a ser desenvolvido, ou seja, que conheça o programa específico para trabalhar com a deficiência. Quanto ao aluno que tem visão (ocular) ele sai de uma situação em que faz as tarefas, sozinho, e, entrando na escola, continua fazendo sozinho. No caso do aluno com deficiência visual a presença de um auxiliar é imprescindível, pois este deverá auxiliá-lo em

suas ações para mediar às descobertas e, especificamente, no caso da criança cega, ajudá-la durante as explorações para que realmente faça sentido o seu trabalho.

Segundo VIGOTSKI zona do desenvolvimento proximal é: (...) “a distância entre o nível do desenvolvimento real, que costuma determinar pela solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (1994, p.12).

Ratifica-se a presença do professor a estimular os alunos com deficiência a conquistarem conhecimentos que não ocorreram espontaneamente. O professor interfere e media situações de aprendizagem impulsionando o desenvolvimento desse aluno. Assim o processo de entendimento e compreensão da criança cega, em relação ao meio ambiente fica facilitado e de fértil concretude.

Atuando como professor de Orientação e Mobilidade afirmamos que esse exercício contribuiu ao colocar no seio da sociedade alguns alunos do CADV que antes estavam apenas de maneira passiva, inseridos no contexto social, sem se darem conta das suas potencialidades e dos seus direitos: O Decreto de Nº 3.298/99, afirma que “Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, o trabalho, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer”.

A valoração das pessoas que tem deficiência assumiu vários matizes no decorrer da história, sendo árdua a luta pelas conquistas finalmente alcançadas. Quero citar o exemplo de Francinildo Rocha, aluno do CADV, praticante da OM e que hoje está incluído no mercado de trabalho atuando em rádio. São vários os exemplos de superação de pessoas cegas do Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), de Mossoró que também estão trabalhando e desempenhando suas profissões com independência e autonomia com os trabalhos de Orientação e Mobilidade.

Quando começamos a trabalhar com o referido aluno observamos que ainda não havia despertado para as suas potencialidades e trazia consigo uma lacuna dos seus valores posteriormente aflorados. Foi visível através das aulas iniciais do programa (OM), onde se trabalhou o ambiente interno da instituição (CADV) e a parte teórica (noções de espaço e conceitos), seus avanços e inclusão. Iniciavam-se as transformações no mesmo. Primeiro a

compreensão e entendimento quanto ao programa, depois a regularidade da prática o que resultou uma desenvoltura de ações, como o desejo de caminhar sozinho e independente.

Passamos então para a etapa de percurso que consistia em andar pelas ruas descobrindo caminhos. Escolhemos um trajeto específico, feito de forma exaustiva e repetidas vezes. O percurso do CADV até uma praça pública, na qual se localiza uma parada de ônibus, instigou e motivou novas pistas. Consistia em uma distância de quatro quarteirões e precisávamos identificar as pistas e referências. Esse foi o primeiro objetivo: ir para a praça caminhando sozinho. Com o trabalho realizado, superações e resistências foram vencidas. Via-se o aluno buscando o segundo objetivo que era o de utilizar o transporte coletivo, de maneira independente. Acrescentamos várias semanas de Orientação e Mobilidade onde utilizamos o transporte coletivo como local para a prática dessas aulas. Nesse momento os detalhes do interior do ônibus eram descritos e verbalmente explicado a sua trajetória, inclusive com os nomes das ruas percorridas. Após o trabalho concluído verificou-se que o aluno obteve condições de realizar a ação de tomar o transporte coletivo, sozinho, demonstrando a sua independência em relação ao guia vidente. E foi o que aconteceu sucessivas vezes.

Com essa orientação, às pessoas cegas, afirmamos que é compreensível vê-las caminhando sozinhas pelas ruas, pelas praças e utilizando o transporte coletivo, com desenvoltura e segurança. Esse trabalho facilita o acesso para as diversas atividades do dia a dia, pois a independência de locomoção permite autonomia para iniciativas como as aqui comentadas. As aulas de OM estimulam, com a mesma pertinência, a autoestima aumentando o desejo da sociabilidade. No cotidiano as aulas favorecem a realização dos movimentos com estabilidade e confiança. Em consequência observa-se a destreza e a melhor condição de relacionamento com o espaço da ação e convívio de cada um deles. O professor continua com sua habilidade de orientar corretamente o trabalho para que a mobilidade, da pessoa cega, aconteça de forma segura. A aprendizagem se dá continuamente e entre os sujeitos do processo.

Vimos que os alunos do CADV, tendo como exemplo Francinildo Rocha, conseguiram a superação de suas limitações e passaram a conviver na sociedade com melhor desenvoltura e independência. Adquiriram novas posturas, uma vez que não tinham uma boa coordenação motora, não tinham a prática de explorar os exercícios físicos, não conseguiam

de maneira clara, a noção de espaço, de distância, de altura, do movimento de esquerda e de direita, dos conceitos do que seja alto ou baixo, até mesmo a dificuldade de andar e utilizavam o guia vidente².

Sem dúvida a OM facilitou o exercício para tais superações. Saliento que a OM não está restrita a uma só função. Não se limita apenas a ideia de se locomover sozinho, mas favorece e proporciona um conjunto de benefícios para a saúde, causando à pessoa com deficiência visual uma sensação de prazer no modo de viver. Os alunos cegos e de baixa visão, devem assimilar e ao mesmo tempo desenvolver destreza e competências para que possam executar tarefas no cotidiano, os quais dependem do uso concreto do resíduo visual e dos sentidos remanescentes, o que justifica o atendimento integrante, estruturado e praticado fora do ambiente escolar. (Argenta e Sá 2010).

Conforme Heller (2000, p. 17), “a vida cotidiana é a vida de todo homem [...]. É a vida do homem inteiro, isto é, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade: todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideais, ideologias, tudo é posto em funcionamento no cotidiano”. Vemos que no instante da sua inclusão no cotidiano social, a pessoa com deficiência visual começa a vivenciar uma fase nova de sua vida. Por conseguinte, fará as atividades rotineiras dentro dos “padrões” da sociedade. Essa constatação é visível quando ouvimos nas entrevistas e narrativas o êxito pessoal, como: “Muito me ajudou no meu trabalho”. “Agora faço sozinho o que antes achava impossível”. “Estou bem! Sou outra pessoa agora, pois consigo caminhar sozinha”.

Diante dessas narrativas é inegável que a OM facilita o caminho para a cidadania e passa pela educação, pela presença e participação, ativa, do sujeito, pela acessibilidade e pelo desejo pessoal de querer ser respeitado e incluído no social com voz e igualdade de seus direitos. Nesse relato ratifico que vários alunos cegos do Centro de Apoio ao Deficiente Visual –CADV - puderam explorar o seu próprio caminho, descobrindo nele as referências, pistas e sentindo o gosto da liberdade em se mobilizar. Contudo devo alertar que no CADV os cegos apresentam várias causas de sua deficiência visual, tais como, cegueira congênita,³ adquirida por acidente, adquirida pela diabetes, adquirida pelo deslocamento da retina, pelo glaucoma e outros fatores. Também trabalhamos com alunos com faixa etária e grau de

² Guia vidente: pessoa que conduz o cego

³ Cegueira congênita – também chamada de cego de berço

instrução diferenciados o que indica que a Orientação e Mobilidade não se aplica de modo generalizado sem se ter o cuidado de observar os limites, ritmo e individualidade de cada um.

Portanto quem consegue assimilar os propósitos da OM e mais do que isso, praticar no dia a dia, fica apto a lutar e realizar o sonho de ser um dia, reconhecido e visto como um cidadão, e, ou cidadã iguais as demais pessoas, que em trabalhos e tarefas buscam a felicidade humana.

4. CONSIDERAÇÕES

O artigo apresentado é fruto de uma reflexão pedagógica onde a educação pode ser o caminho para a inclusão das pessoas cegas e de baixa visão. Considerando que é preciso se pensar em um ensino capaz de proporcionar o saber a todos dentro das diferenças, acreditamos ser o início do processo de inclusão e a abertura de espaços para as pessoas com deficiência visual que, utilizando-se da OM, conseguem vislumbrar o caminho da cidadania mais próximo de si.

Ao enfocarmos questões como “educação e escola”, vimos que o sujeito é um ser humano, um ser social, um ser singular. E na comunhão com Bernard Charlot esse sujeito age no e sobre o mundo, encontra a questão do saber como necessidade de aprender, produzindo a si próprio por meio da educação. Verificamos que, mesmo com as dificuldades de acesso, a cidadania acontece quando os direitos são respeitados e dentro da escola as diferenças sejam trabalhadas. Observamos ainda, alguns aspectos pertinentes à educação que fazem crescer as relações e encurtam os limites, como a forma de locomoção diferente das pessoas cegas.

A OM bem articulada com os sujeitos da deficiência visual facilita a inclusão no mercado de trabalho e demais dimensões da sociedade. Por fim as pessoas com deficiência visual conseguem cada vez mais práticas de superação quando as instituições sociais de modo especial o CADV e a escola a qual, por meio da educação e dos ensinamentos, devam ser promotoras da mobilidade para todos.

Diante dessa experiência pedagógica no Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) percebeu-se a complexidade das formas como cada aluno busca seu espaço na sociedade. O relacionamento com as outras pessoas e seu jeito único de assimilar as descobertas no caminhar independente faz parte da trajetória de vida de cada um deles, de

suas singularidades, de suas subjetividades, das lentes com as quais abre seus caminhos, se entende em sociedade, reconhece seus limites e busca a quebra de barreira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTA Adriana; SÁ Elizabeth Dias de. **Atendimento Educacional de alunos cegos e com baixa visão.** In: **Inclusão:** Revista da Educação Especial. V.5, n. 1(jan/jul) – Brasília: Secretária de Educação Especial, 2010, p. 32-39.

Brasil. Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999 –dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providencias.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** 1 ed. São Paulo: Cortez. P. 255-278

FELIPPE, João Álvaro de Moraes; FELIPPE, Vera Lúcia Rhein. In: MEC, **Orientação e Mobilidade.** São Paulo: Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, 1997

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A Educação do século XXI:** os desafios do futuro imediato. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 200.

MEDEIROS, A.M.S. de. **Uma apreciação do conceito de cidadania entre professores de Magistério do 2º grau em Mossoró-RN.** 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

1996.

MAZZARO, José Luiz. In MEC. **Orientação e Mobilidade**: Conhecimentos básicos para inclusão do deficiente visual/Elaborado por Edileine Vieira Machado [et. al] – Brasília: MEC, SEESP, 2003.

MEC. **Orientação e Mobilidade**: Conhecimentos básicos para inclusão do deficiente visual/Elaborado por Edileine Vieira Machado [et. al] – Brasília: MEC, SEESP, 2003.